PROJETO DE LEI Nº , DE 2003

(Do Sr. Dr. ROSINHA)

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, dispondo sobre a criação do Fundo Estatal da Cultura (FEC) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar, acrescido dos seguintes parágrafos:

(....)

§ 6º As empresas estatais federais deverão investir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das suas deduções em projetos culturais nas regiões em que foi gerado o imposto de renda.

§ 7º. Os recursos de que trata o § 6º deste artigo serão gerenciados por um Fundo Estatal da Cultura (FEC), controlado por um Conselho composto de representantes das empresas estatais incentivadoras e da comunidade cultural.

I- O Ministério da Cultura delegará os recursos do Fundo Estatal da Cultura (FEC) às Secretarias de Cultura dos Estados e do Distrito Federal para que estas promovam, através de edital público, o cadastramento de projetos culturais aprovados pelo CNIC.

II- Os projetos cadastrados serão avaliados por uma Comissão composta de 3 (três) membros da comunidade cultural, de notório conhecimento na área representada, e de um representante de cada empresa estatal que estiver deduzindo parte do imposto de renda para o Fundo.

III- Os membros da comunidade cultural serão designados pelo Secretário da Cultura dentre os representantes da classe artística do Estado.

IV- Uma vez aprovados por este Conselho, os projetos recebem recursos do Fundo Estatal da Cultura (FEC), oriundos das deduções das empresas estatais daquele Estado em que foi gerado o imposto de renda.

V- Somente poderão receber os benefícios do Fundo Estatal da Cultura (FEC), projetos aprovados com base no art. 18, §3º desta Lei.

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei objetiva promover importantes modificações na atual Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), mais conhecida como “Lei Rouanet”, mediante à criação de um **Fundo Estatal da Cultura (FEC)**, constituído por recursos das empresas estatais, que deverão investir 80% das suas deduções em projetos culturais nas regiões em que foi gerado o imposto de renda.

Com essa alteração, pretende-se, de fato, descentralizar os recursos da “Lei Rouanet” que, por força das desigualdades regionais, acaba beneficiando apenas os projetos culturais situados nas regiões economicamente mais favorecidas. No Programa de Governo 2002- Coligação Lula Presidente, que resultou no documento “**A Imaginação a Serviço do Brasil**”, há uma contundente

constatação do problema na aplicação da Lei: ***“Dados fornecidos pelo próprio MinC, para o ano de 1999, acusam que 84% dos recursos captados por projetos culturais beneficiaram as grandes capitais brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo, onde estão instaladas as maiores empresas nacionais e onde estão sediadas as grandes redes de comunicação. Os 10 maiores beneficiários dos incentivos proporcionados pela Lei Rouanet foram programas e atividades de grandes fundações privadas, do setor bancário, de teles ou de grandes conglomerados. Sem analisar o mérito e a qualidade das ações empreendidas, é possível afirmar que, com recursos públicos, financiou-se uma ação regional e setorialmente concentradora de renda (...) Isso resultou em uma série de ações fragmentadas com recursos públicos pelas principais empresas brasileiras, concentradas no eixo Rio/São Paulo, sem alcance nas demais regiões do país ou sem a garantia de contrapartida pública, em termos de diversidade, circulação ou gratuidade, à população brasileira que ao longo desses últimos 17 anos teve bloqueado o acesso a recursos provenientes de impostos para co-patrocinar um projeto de incentivo ao setor cultural.”*** (pp.16-17).

Recentemente, em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD) desta Casa, no dia 14 de maio deste ano, o atual Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Gil, mostrou a necessidade de promovermos revisões na atual legislação federal de incentivo à cultura. Embora importante como mecanismo de captação de recursos da iniciativa privada, a aplicação da lei acumulou várias distorções, entre elas a concentração regional dos benefícios e a falta de critérios quando se trata das grandes empresas estatais, que figuram entre os maiores utilizadores dos recursos postos à disposição da produção cultural brasileira, através da renúncia fiscal.

Se o dinheiro que as empresas estatais investem em atividades artístico-culturais são recursos obtidos através da renúncia fiscal, portanto, dinheiro público, nada mais justo, pois, que seja o próprio Estado, através do Ministério da Cultura, a decidir a destinação destes recursos. Com base nesta argumentação, é que estamos apresentando essa proposição legislativa que, ao criar o Fundo Estatal da Cultura (FEC), objetiva descentralizar os recursos e promover o acesso aos benefícios da lei a todas regiões do país.

Em última instância, estamos promovendo condições para a reversão do atual quadro de desigualdades regionais que se faz presente, também,

no mundo da cultura, onde muitos brasileiros ficam impedidos de ter acesso às múltiplas manifestações artísticas de nossa rica diversidade cultural.

Sala das Sessões, em de julho de 2003.

Deputado **DR. ROSINHA**